

O PLANEJAMENTO URBANO CONTRA HEGEMÔNICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A OCUPAÇÃO POVO SEM MEDO – MTST - CURITIBA/PR*

JÚLIA SILVEIRA

Universidade Federal do Paraná

juliasilveira.urb@gmail.com

MADIANITA NUNES DA SILVA

Universidade Federal do Paraná

madianita.ns@ufpr.br

RESUMO

O presente trabalho busca refletir acerca do potencial de planejamento contra hegemônico dos movimentos sociais, por meio do estudo da Ocupação Povo Sem Medo, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em Curitiba/PR, e vítima de reintegração de posse em 2023. Busca-se justapor as práticas de planejamento desse movimento social às políticas urbana e habitacional hegemônica praticadas em Curitiba, caracterizadas por processos de omissão, exclusão e marginalização da população de baixa renda, em um contexto de crescimento das ocupações urbanas organizadas nos últimos anos. Para a investigação, além da revisão de literatura, adotou-se procedimentos de leitura cartográfica, para compreender os processos de vivência e planejamento desses territórios populares. A coletividade cotidiana constituiu um princípio norteador das estratégias de enfrentamento contra hegemônico, caracterizando essa tipologia de planejamento. Concluiu-se que, espaços produzidos e apropriados coletivamente para a reprodução da vida cotidiana criam laços de solidariedade e responsabilização, que tornam possível vislumbrar cidades menos desiguais e políticas urbanas efetivamente inclusivas e democráticas.

PALAVRAS CHAVE: Planejamento contra hegemônico. Ocupações urbanas. Movimentos sociais. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Curitiba.

*Pesquisa produzida com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) por meio de bolsa Programa de Demanda Social do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da UFPR.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

EXPLORING COUNTER HEGEMONIC URBAN PLANNING OF SOCIAL MOVEMENTS: THE OCCUPATION POVO SEM MEDO - MTST/PR

ABSTRACT

This work seeks to reflect on the potential for counter-hegemonic planning of social movements through the study of the Ocupação Povo Sem Medo, organized by the Homeless Workers Movement (MTST) in Curitiba/PR and victim of repossession in 2023. The aim is to juxtapose the planning practices of the social movement with the hegemonic urban and housing policy in Curitiba, marked by processes of omission, exclusion and marginalization by the State, in a context of growth in urban occupations organized in recent years. For the investigation, a cartographic methodology is proposed, seeking to understand the living and planning processes of these territories. The logic of everyday collectivity was found as a guiding principle for counter-hegemonic coping strategies, characterizing the planning typology. It was concluded that collective spaces present in the reproduction of everyday life create bonds of solidarity and accountability that are difficult to create artificially. It is suggested that these spaces are a possible starting point for more inclusive and democratic planning.

KEYWORDS: Counter hegemonic. Urban occupation. Social movements. Homeless Workers Movement. Curitiba.

EXPLORANDO LA PLANIFICACIÓN URBANA CONTRAHEGEMÓNICA DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES: LA OCUPACIÓN POVO SEM MEDO - MTST/PR

RESUMEN

Este trabajo busca reflexionar sobre el potencial de planificación contrahegemónica de los movimientos sociales a través del estudio de la Ocupación Povo Sem Medo, organizada por el Movimiento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) en Curitiba/PR y víctima de recuperación en 2023. El objetivo es juxtaponer las prácticas de planificación del movimiento social con la política urbana y habitacional hegemónica en Curitiba, marcada por procesos de omisión, exclusión y marginación por parte del Estado, en un contexto de crecimiento de las ocupaciones urbanas organizadas en los últimos años. Para la investigación se propone una metodología cartográfica, buscando comprender los procesos de habitabilidad y planificación de estos territorios. La lógica de la colectividad cotidiana se encontró como un principio rector de las estrategias de afrontamiento contrahegemónicas, que caracteriza la tipología de planificación. Se concluyó que los espacios colectivos presentes en la reproducción de la vida cotidiana crean vínculos de solidaridad y rendición de cuentas difíciles de crear artificialmente. Se sugiere que estos espacios son un posible punto de partida para una planificación más inclusiva y democrática.

PALABRAS CLAVE: Planificación contrahegemónica. Ocupación urbana. Movimientos sociales. El Movimiento de Trabajadores Sin Techo. Curitiba.

1 | INTRODUÇÃO

A produção e a apropriação dos espaços de moradia são fenômenos ligados à realização da vida cotidiana e, portanto, às condições de reprodução social. Nas cidades capitalistas, em especial no Sul Global, da relação entre esses fenômenos emergem conflitos, contradições, e também possibilidades. Neste artigo, são exploradas as possibilidades de concepção de outras realidades urbanas, a partir das práticas contra hegemônicas dos movimentos sociais, como forma de contribuir com a transformação dos princípios e ações que têm conduzido as políticas urbana e habitacional do município de Curitiba.

Tomamos como referência a Ocupação Povo Sem Medo, um espaço de moradia popular produzido em 2022 pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na região Sul de Curitiba. A Ocupação teve um tempo curto de existência - sete meses, da entrada na área à remoção do assentamento, mas os conteúdos simbólicos, políticos e sócio-espaciais da experiência são relevantes para os propósitos do artigo.

A Povo Sem Medo sofreu um cerco da Polícia Militar em junho de 2022 (Carrano; Bianchini, 2023) e a ação de despejo se efetivou em 10 de janeiro de 2023, a partir das 6 horas da manhã¹. A Polícia Militar do Paraná (PM-PR) cumpriu de modo violento a ordem de reintegração de posse, sem a fiscalização da Defensoria Pública e do Ministério Público, conforme especificava a decisão judicial, com restrição às atividades da imprensa e acompanhada por funcionários da Construtora Piemonte, proprietária do terreno. A única solução oferecida pelo Estado à população removida, apresentada pela Fundação

de Ação Social (FAS)², foi o abrigo em alojamentos da Prefeitura Municipal, configurando mais uma camada da violência do despejo, já que nesses equipamentos as famílias são separadas, com mulheres e crianças com menos de 11 anos em um espaço e homens em outro (Zarpelon, 2023).

A história dessa ocupação popular por moradia explicita a violência e as violações dos direitos humanos, comuns nos despejos no município. A remoção de favelas é uma prática recorrente na política habitacional de Curitiba (Vasco, 2018; Nunes da Silva et. al., 2021), a qual se soma a omissão, exclusão e marginalização das populações de baixa renda observadas na sua execução (Correia, 2023). Os efeitos desse modelo têm se agravado com o crescimento das ocupações urbanas por moradia nos últimos anos (Volocho, 2016).

O artigo inicia com uma revisão de literatura que explora a relação entre capitalismo, urbanização e a crise do planejamento urbano no Brasil. Em seguida, trata das periferias urbanas e da sua expressão em Curitiba. Além disso, da disputa presente nesses espaços no Sul do município, travada entre diferentes agentes e interesses. Na sequência é apresentada a metodologia do MTST, a caracterização e os elementos do processo de territorialização da luta da Ocupação Povo Sem Medo, iluminando aspectos da prática contra hegemônica desse movimento social. Conclui-se com reflexões acerca dessa experiência, que aponta para possibilidades de construção de outras cidades, mais inclusivas e equitativas.

1 A reintegração de posse ocorreu dois dias após as represálias da ação terrorista de invasão do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal, em Brasília (Ferreira; Galvão, 2023).

2 Órgão estabelecido pela Lei Municipal nº 15.461/2019, que atua na proteção prioritária de pessoas e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social (FAS, 2024).

2 | CAPITALISMO, URBANIZAÇÃO, CRISE E PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO

Para Harvey (2016, p. 19), capitalismo é “qualquer formação social em que os processos de circulação e acumulação do capital são hegemônicos e dominantes no fornecimento e moldagem das bases materiais, sociais e intelectuais da vida social”. Embora dominante na sociedade contemporânea, o capitalismo traz em si aquilo que o nega, suas contradições, que abrem brechas no caminho de sua superação. Ao refletir acerca da produção do espaço capitalista, Carlos (2015, p. 15) destaca que “o processo de produção do espaço, na qualidade de processo civilizatório, traz em si aquilo que o nega, isto é, com o desenvolvimento do capitalismo, o espaço (produção social) torna-se uma mercadoria, como todos os produtos do trabalho humano”.

As tensões e as crises derivadas das relações entre produção capitalista do espaço e reprodução da vida, presentes nas nossas cidades, derivam também das contradições da urbanização brasileira - dos baixos salários e com incipiente regulação da extração da renda da terra (Maricato, 1976; 1979; 1996 *apud* Maricato, 2015). Essas contradições têm se agravado com o avanço de políticas urbanas cada vez mais filiadas aos interesses dos capitais que se beneficiam do processo de urbanização (Marques, 2018), em um contexto de avanço da produção da cidade neoliberal (Cobos, 2014), responsáveis por aprofundar as desigualdades nas cidades brasileiras. Em Curitiba esses fenômenos igualmente se apresentam (Garcia, 1997; Oliveira, 2000) e se manifestam de maneira exemplar pela piora das condições de moradia das classes populares (Nunes da Silva, 2012; IPEA, 2020)³.

Considerando a imobilidade política que tem impedido a realização da reforma urbana no país, a associação do Estado ao capital e os discursos que fogem das proposições, observa-se um panorama de crise urbana agravada no país (Nascimento, 2016). Para Miraftab (2016), além de urbana essa crise é do planejamento urbano, que por meio de práticas à serviço do interesse privado, sofre de uma crise de identidade e legitimidade, porque não atende às necessidades coletivas e sociais.

Nesse cenário, o papel das políticas públicas aparenta ser “apenas o de adaptação pontual às exigências do mercado mundial e de uma distribuição equitativa dos lucros e dos custos dessa adaptação” (Nascimento, 2016, p. 147). Tal realidade expressa uma subordinação das políticas urbanas à cidade neoliberal, que no teor das políticas habitacionais é traduzido pelo “processo de desconstrução da habitação como um bem social e de sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro” (Rolnik, 2017, p. 26).

Ao fazer uma análise crítica das políticas que tratam a habitação como mercadoria e não como direito social, Kowarick (2009) destaca que no Brasil as políticas habitacionais dominantes têm contribuído para a efetivação de uma subcidadania urbana, que, alinhadas a políticas urbanas excludentes, negam o acesso a benefícios primordiais para a vida e tratam os moradores de favelas

3 De acordo com Nunes da Silva (2014, p. 242), entre o final da década de 1990 e o final da de 2000, o número de domicílios em favelas, loteamentos clandestinos e loteamentos irregulares em onze dos catorze municípios que integram a Área de Concentração da População, passaram de 54.662 para 98.444. Conforme IPEA (2020, p. 12), entre setembro de 2012 e março de 2020 o aumento na população em situação de rua nos municípios brasileiros foi de 140%, que cresceu em todas as regiões e em municípios de todos os portes, mas foi mais intenso nas metrópoles, permitindo sugerir “que a crise econômica e em particular o aumento do desemprego e da pobreza sejam fatores importantes para a explicação do ocorrido”.

como o resíduo da cidade. O autor enfatiza os significados simbólicos da moradia nesse contexto: o lar enquanto sucesso e disciplina, e a favela se contrapondo na representação de uma “pobreza culpabilizada pelo fracasso” (Kowarick, 2009, p. 91).

Assim, as desigualdades são perpetuadas e aprofundadas pela instauração de políticas urbanas cada vez mais filiadas ao modelo neoliberal. Conforme Limonad (2015, p. 85), norteadas por princípios do planejamento empresarial e do *marketing*, em tal modelo de política urbana a atuação dos agentes públicos é guiada pelas necessidades do mercado, para transformar a cidade “em um ente do e no mercado, em ‘sujeito’ e mercadoria”.

Essa política urbana de viés neoliberal, tem afastado, cada vez mais, o Estado do enfrentamento da questão social. O que se observa, por parte dos governos, é o abandono, a desconstrução e a negação de políticas urbanas capazes de fazer frente à abissal desigualdade que marca o capitalismo brasileiro, e que poderiam garantir as condições mínimas de reprodução ampliada da população nas cidades, funcionando como um salário indireto (Maricato, 2015), em especial para os grupos sociais mais empobrecidos e vulneráveis, que enfrentam as piores condições de precariedade habitacional.

A política urbana tem relevância para a questão da moradia, em razão da função da terra na relação entre a produção capitalista do espaço e a reprodução ampliada da vida nas cidades. Conforme Maricato (2015), a terra urbana fornece, ao mesmo tempo, poderes sociais, econômicos e políticos, que desde a colonização do país estão associados à detenção de um patrimônio, mas também determina as condições de vida da população - o lugar onde se mora -, atuando assim na conformação das desigualdades estruturais que caracterizam a urbanização brasileira.

Entretanto, as mesmas razões responsáveis por impor condições precárias de vida à população mais pobre também tem potencializado a luta por direitos e suas conquistas. Conforme Kowarick (2009), o direito à moradia está na origem das lutas sociais que a partir da década de 1980 promoveram a institucionalização da questão urbana no Brasil. Segundo o autor, derivadas das condições de vida precárias dos moradores nos espaços mais pobres das cidades brasileiras, em meados da década de 1970 essas lutas fundiram-se em lutas coletivas por transformações sociais mais amplas, que naquele momento refletiam as relações políticas entre as classes, em particular a luta pela ocupação-transformação do Estado, que marcou o processo de redemocratização do país.⁴

A formulação de políticas habitacionais redistributivas, comprometidas com o direito à moradia digna para a população empobrecida e, no âmbito delas, o reconhecimento das favelas como espaços legítimos da moradia popular, tem relação com essas lutas e conquistas, validadas pela Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade em 2001. Tomando como referência os princípios redistributivos presentes nessas leis, Souza (2004) critica a visão economicista de desenvolvimento, e afirma que, no âmbito do planejamento urbano, seus parâmetros são a melhoria da justiça sócio-espacial e o aumento da qualidade de vida, cujos critérios variam de significado prático, conforme as pessoas que

4 Essas lutas estão vinculadas ao processo de abertura política que provocou o fim da Ditadura Militar no ano de 1985.

habitam os espaços a serem planejados. Para o autor, essa variabilidade revela o parâmetro subordinador da justiça sócio espacial e da qualidade de vida: a autonomia.

Porto-Gonçalves (2003) lembra que sociedade e espaço são dimensões que não se precedem, mas que são mutuamente constituídas - “o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder” (Porto-Gonçalves, 2003, p. 265). Nesse contexto, o autor estabelece que todo movimento social é portador de uma nova ordem, a qual implica novas relações socialmente instituídas entre lugares. Conforme Porto-Gonçalves (1999), a própria expressão movimento social possui um sentido geográfico preciso:

é que o vemos como aquele processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa determinada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) que já dispõem tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca de afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência. (Porto-Gonçalves, 1999, p. 69).

O estudo das ocupações urbanas coordenadas por movimentos sociais tem relação com tais considerações, justificando o interesse pelas práticas de planejamento territorial elaboradas de maneira autônoma pelos movimentos sociais. Conforme Gohn (2008), as características desses movimentos incluem o surgimento de uma vontade coletiva, sua representação de, ao mesmo tempo, um conflito social, um projeto cultural e uma forma de pressão política. Dessa forma, constituem meio de expressão de uma vontade social, que faz pressão nas atuações do Estado.

Ao distinguir os diferentes níveis da urbanização, Lefebvre (1999) defende que a atenção dos planejadores seja direcionada para o nível do habitar e da construção das relações diretas entre os sujeitos, para a decodificação da realidade urbana. Pensar práticas contra hegemônicas que envolvem a instituição de um sujeitos para a decodificação poder horizontal e democrático, obra de uma sociedade instituinte (Castoriadis, 2006) dialoga com as práticas insurgentes imaginativas. A potencialidade dessas na escala do cotidiano, no nível do habitar, presentes nas ocupações urbanas dos movimentos sociais, é relevante para o enfrentamento da crise do planejamento urbano. Conforme Nascimento (2016), as práticas insurgentes e imaginativas dos movimentos sociais têm a potência de promover o enfrentamento da crise do planejamento urbano, resgatando e valorizando a utopia de uma sociedade justa, porque retiram as terras do mercado imobiliário e ao ocupá-las transformam a cidade por meio da ação humana.

Nessa linha, Randolph (2014) propõe a busca por um (meta)planejamento subversivo, que tem como projeto “construir a vida diária, o cotidiano, dentro e através da luta contra a forma mercadoria” (Randolph, 2014, p. 48). Para o autor, as práticas subversivas encontram na *práxis* cotidiana formas não submetidas ao sistema colonizador e fora de seu alcance, se contrapondo ao papel colonizador do planejamento hegemônico, que impõe suas lógicas sobre os espaços. Essas lógicas abstratas e das esferas abstratas (burocracia do Estado e economia), colonizam as lógicas concretas presentes na prática cotidiana dos espaços.

Para Miraftab (2016), as práticas insurgentes são necessárias para a descolonização da mente e do futuro, e a construção de um urbanismo humano. Conforme destaca, esse planejamento insurgente/conflitivo se apoia em práticas imaginativas, que desestabilizam relações de dominação, visto que a “ruptura ontológica na teorização das práticas de planejamento requer, em primeiro lugar, reconhecer o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos” (Miraftab, 2016, p. 364). Esses espaços de ação inventados, conceituados pela autora como formas de ação não sancionadas pelos grupos dominantes, têm sido criminalizados e colocados no ostracismo, porque desestabilizam as relações de dominação e se posicionam contra o sistema capitalista hegemônico. As ocupações urbanas são exemplos de espaços de ação inventados e apresentam características insurgentes: são “contra hegemônicos, imaginativos e transformativos” (Miraftab, 2009, p. 33).

Valorizar o planejamento contra hegemônico das ocupações urbanas se alinha também com a política do possível de Escobar (2018). Para o autor, a sociedade moderna ocidental é baseada em uma noção objetivante, denominada de ontologia dualista, alicerçada nas separações entre sujeito e objeto, mente e corpo. Essa realidade objetiva de um mundo externo constrói uma realidade única, que exclui outras realidades e outros sentidos do real, reprimindo o campo do possível. Tomando como referência tal reflexão, imaginar outras realidades possíveis é uma tarefa política, que desenha um horizonte para a transformação.

3 | A PERIFERIA DA REGIÃO SUL DE CURITIBA: TERRITÓRIOS EM DISPUTA

O Sul de Curitiba é uma região historicamente marcada pela expansão periférica da moradia popular e pela atuação dos movimentos sociais (Nunes da Silva et. al., 2021; Tonella, 2010). Os bairros da Regional5 do Tatuquara, onde situava-se a Povo Sem Medo, tem ocupação mais recente em comparação a outras regiões do Sul da cidade. Nos últimos anos, essa Regional tem sido palco de disputas e conflitos que confrontam lutas e modos de vida nos territórios populares com os interesses imobiliários. Conforme Furlan (2020),

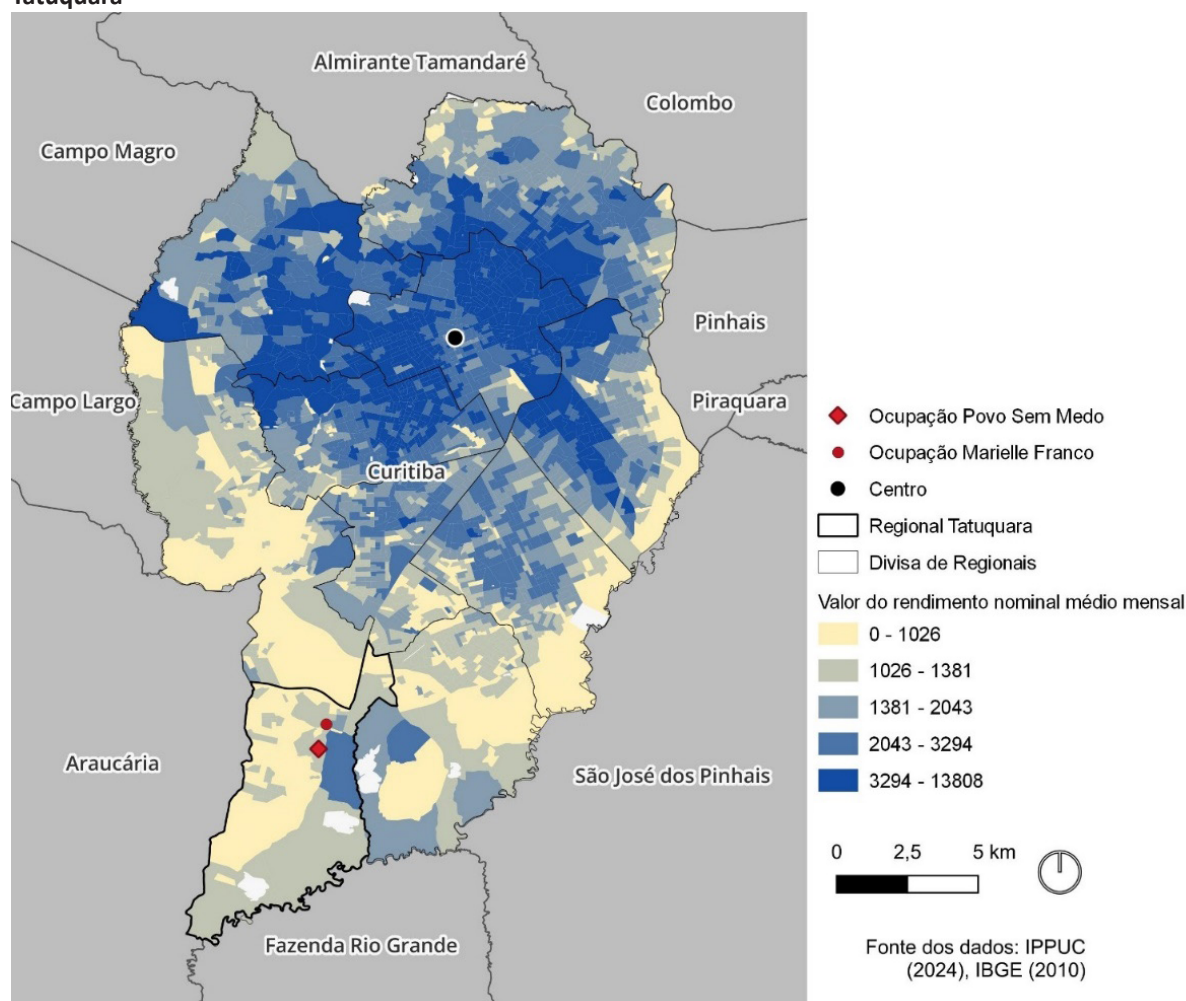
a produção do espaço periférico de Curitiba foi realizada em conjunto com a estruturação de bairros mais centrais para setores sociais de maior renda. Ou seja, a produção desses espaços constitui duas partes do mesmo processo, pois a produção do espaço periférico só existe porque outros espaços da cidade têm como objetivo a produção e valorização imobiliária para alta renda. (FURLAN, 2020, p. 157)

Em Curitiba, desde a década de 1970, os investimentos do Poder Público em localizações específicas e o incentivo aos investimentos privados nessas áreas, levaram à valorização de determinadas regiões em detrimento de outras. Por meio desse processo, espaços não beneficiados com os investimentos estatais são direcionados para outras vocações, em geral para moradia popular. Assim, a cidade produzida desde então tem como marca a segregação sócio espacial entre os grupos sociais de maior renda e os mais empobrecidos, que vivem em

5 Curitiba está dividida administrativamente em dez Regionais, para administração, gestão e operacionalização descentralizada da Prefeitura Municipal (Curitiba, 2024).

espaços muito desiguais em termos de qualidade de vida (figura 1). A escolha da localidade da ocupação em novas áreas de expansão na região periurbana de Curitiba condiz com estratégias espaciais dos movimentos sem-teto (Grandi; Almeida; Moreira, 2016).

Figura 1 – Caracterização sócio espacial da periferia sul de Curitiba e localização da Regional Tatuquara



Fonte: elaborado pelas autoras.

A constituição dessa cidade desigual, com regiões que dispõem de condições plenas de acesso aos benefícios da urbanização, difundidas pelo *city marketing*, e outras pobres, periféricas e precárias, são expressão das políticas urbana e habitacional praticadas desde 1965 em Curitiba (Nunes da Silva et. al., 2022). Para Albuquerque (2007, p. 113) “a produção habitacional da ‘cidade modelo’ empurrou os pobres de Curitiba para as bordas do Município”.

Conforme Kowarick (2009), a produção de periferias precárias e empobrecidas nas cidades brasileiras promoveu a construção de uma subcidadania, que consolidou um processo político excludente, manifestado na clandestinidade e na ilegalidade de populações excluídas, para as quais são negadas o acesso à vida plena nas cidades, legitimado pelo modelo dominante de ordenamento jurídico institucional.

Esse padrão de segregação centro-periferia é caracterizado por Caldeira (2000) pela distância geográfica entre grupos sociais distintos, com a população mais pobre ocupando as regiões periféricas, caracterizadas pela carência ou

inexistência de infraestrutura, serviços públicos e piores condições de acesso às áreas mais centrais e urbanizadas. Importante destacar que proprietários fundiários e incorporadores imobiliários têm especial interesse na expansão periférica das cidades, porque tal dinâmica potencializa os processos de valorização-capitalização e especulação imobiliária, tanto nas áreas centrais como nas periferias.

Por meio dessa lógica excludente as áreas urbanizadas têm seu acesso restrito aos movimentos sociais (Lago, 2013). Ao mesmo tempo que, ao longo de seu processo de produção, os espaços periféricos tornam-se objeto de disputa, contrapondo agentes do mercado imobiliário e organizações comunitárias e sindicais (Kowarick, 2009). Os conflitos derivados das disputas por localizações na cidade são agravados pela atuação do Estado, quando ele é omissivo no controle do processo de produção capitalista da cidade; facilita a capitalização imobiliária, por meio de investimentos localizados em áreas valorizadas e/ou pela definição da legislação urbanística; e não implementa políticas urbanas redistributivas e de habitação de interesse social.

Nas periferias, a autoconstrução da casa própria em loteamentos populares, formais e informais, foi a forma predominante de moradia da classe trabalhadora no Brasil (Kowarick, 2009), e conforme Pérez (2018), conformou um tipo de política urbana em que o Estado terceirizou a urbanização popular à classe trabalhadora.

Até o final da década de 1980 a autoconstrução da moradia popular em Curitiba realizou-se em “loteamentos formalmente produzidos pelo mercado em novas frentes de expansão urbana na periferia” (Furlan, 2020, p. 91). Na década seguinte, o crescimento da população em favelas em Curitiba e municípios situados no seu entorno, consolidou a autoconstrução e a auto urbanização como a principal forma de acesso à cidade para a população não atendida pelas políticas urbana e habitacional (Nunes da Silva et. al., 2021).

A ação dos movimentos sociais em Curitiba tem sido travada, principalmente, nessas regiões da cidade, em espaços caracterizados pela oferta precária de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos. Assim, a favelização em Curitiba, intensificada a partir da década de 1980 (Nunes da Silva et al., 2021), acompanhou a trajetória de organização popular nos espaços periféricos de moradia (Tonella, 2010). De acordo com Tonella (2010), as associações de bairro começaram a se organizar no município em meados da década de 1970, dando início à formação e mobilização popular em torno da luta por moradia. Na década seguinte, segundo a autora, o movimento teve um salto organizacional, com destaque para a Ocupação Xapinhal, no sul do município, que inaugurou um período de eclosão dos movimentos de luta e ocupações urbanas.

A periferização da moradia popular no município é também a expressão do projeto político de remoção das favelas, praticado de modo dominante até o início da década de 1980 (Vasco, 2018; Nunes da Silva et al., 2021), que passa a ser justificado na década seguinte pela implementação do programa de lotes urbanizados, produzidos em parceria com a iniciativa privada, majoritariamente executados no sul da cidade. Em tese, esse programa tinha como propósito assentar as populações das favelas que não conseguiam acessar às unidades habitacionais financiadas pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB CT) (Nunes

da Silva *et al.*, 2021). No entanto, além de viabilizar a continuidade da prática das remoções, esses programas possibilitaram grandes benefícios econômicos para os incorporadores privados que deles participaram. Segundo Furlan (2020),

caracterizados pela implantação mínima de infraestrutura, a localização periférica e a flexibilização de parâmetros de parcelamento do solo, permanecendo, portanto, as condições de precariedade habitacional, esses loteamentos foram produzidos em parceria entre COHAB-CT e empreendedores privados. Eles não atenderam prioritariamente a população de renda mais baixa e grande parte dos lotes foi vendida diretamente no mercado. (FURLAN, 2020, p. 91)

A Piemonte Construções e Incorporações Ltda, envolvida no despejo da Ocupação Povo Sem Medo, foi uma das incorporadoras que se beneficiou desses programas no início da década de 2000. Por meio deles, foi possibilitada às incorporadoras parceiras a implantação de loteamentos em áreas até então definidas como agrícolas pela lei de zoneamento⁶; a liberação do parcelamento de lotes de dimensões menores que o mínimo permitido para empreendimentos privados; e a implantação de loteamentos com infraestrutura mínima (redes de água, esgoto, energia elétrica e drenagem pluvial com valas a céu aberto). Tais parâmetros, até então, eram liberados somente para empreendimentos de habitação popular executados pela COHAB CT. Em 2004 a Piemonte finalizou o loteamento Moradias Rio Bonito, composto por 5.843 lotes, com áreas variando entre 140 e 160 m², no Bairro Campo do Santana, que pertence à Regional do Tatuquara. (Furlan, 2020)⁷

Ao analisar o padrão de ocupação das regiões periféricas pelos programas de lotes urbanizados, Furlan (2020) identifica uma lógica de atuação inversa por parte do poder público municipal, em relação à observada nos bairros da cidade melhor localizados. Segundo observa, nas periferias populares primeiro chega a moradia, e muito tempo depois é que a urbanização é promovida ou complementada pelo Estado. A autora destaca ainda que a maior parte dos lotes produzidos pelos programas em parceria com a iniciativa privada não atendeu com prioridade a população mais pobre, que foram comercializados para as classes de renda média e média-baixa.

Esse crescimento da cidade popular em direção à periferia Sul continua em expansão, por meio da produção estatal e da autoconstrução da moradia em assentamentos formais e informais, acompanhando o avanço dos interesses do mercado imobiliário na região. Na Regional do Tatuquara a atuação desses agentes se materializa pelos recentes investimentos da Prefeitura em ações de

6 Em 2000 foi aprovada uma nova lei de zoneamento (Lei n° 9.800/00), que possibilitou que áreas da periferia sul do município, até então consideradas agrícolas, fossem utilizadas para produção de habitação popular, entre outros usos urbanos. (PILOTO, 2010).

7 Segundo Furlan (2020, p. 82-83), embora o programa previsse a doação de 20% dos lotes produzidos pelo parceiro para o Fundo Municipal de Habitação (FMH), o que se doava era o equivalente a 20% da área líquida do loteamento e não dos lotes, como dação em pagamento à COHAB-CT. Essas áreas não precisavam estar dentro do loteamento. Os lotes restantes (80%) eram financiados diretamente pela empresa, que poderia comercializá-los no mercado ou para famílias inscritas na fila da Companhia com renda média mensal superior a três salários mínimos. Assim o empreendedor tinha sua clientela garantida. De acordo com Albuquerque (2007), no Moradias Rio Bonito todos os lotes foram comercializados para famílias cadastradas na fila, sendo 1.168 pela COHAB-CT (20%) e 4.674 pela empresa (80%).

desfavelamento e erradicação de ocupações, exemplificadas pelo Projeto Novo Caximba – “Dinheiro francês vai ajudar Curitiba a levantar um novo bairro em área de invasão” (Calsavara, 2022) –, e os despejos forçados, como o ocorrido na Povo Sem Medo.

4 | O MTST e suas práticas

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) tem no cerne de sua identidade a territorialidade da periferia (MTST, 2013). A centralidade da periferia, que justifica e define o movimento, se revela no perfil das famílias, similar ao dos moradores que adensam as periferias dos grandes centros urbanos (Carvalho Silva; Tomizaki, 2021).

O MTST é um movimento organizado em torno da luta por moradia digna nas cidades, que nasceu no ABCD paulista no final da década de 1990 (Simões *et al.*, 2017). Na sua origem existe a centralidade da luta coletiva territorial urbana (MTST, 2013). Por meio de ocupações em grandes lotes urbanos vazios, o movimento objetiva a garantia de habitação para famílias ocupantes (os ‘assentados’) que não têm condições de acessar a esse direito de outra forma. As suas reivindicações se concentram e têm como bandeira principal a questão habitacional, mas também por temas tangentes à questão da moradia, consideradas como fundamentais, dentre elas o combate à fome (MTST, 2013).

O movimento surgiu em 1997 como uma ramificação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e tem características de luta que refletem essa herança. Segundo Simões *et al.* (2017), no contexto rural a luta por moradia se dá de forma integrada à luta por trabalho, porque estas esferas coexistem territorialmente. Agregado a isso, a convivência dos militantes do movimento com os moradores assentados das ocupações rurais gera um contexto favorável à criação de laços. No entanto, conforme os autores, o intenso convívio que moldou a base metodológica do MST não teve equivalência na migração do movimento para o contexto urbano, tornando necessárias novas formas de luta.

A realidade urbana trouxe consigo a inevitabilidade do despejo, relacionado aos interesses dos grupos que tradicionalmente tem o poder sobre a terra no Brasil (MTST, 2013). O despejo implica na dissolução dos laços dos assentados com a terra disputada, que é ocupada de maneira temporária. Devido a isso, o acúmulo político do movimento no seu início foi frágil (Miagusko, 2012). A partir desse desafio, o MTST evoluiu, reconhecendo a necessidade de construção de laços entre assentados e militantes que viabilizassem a criação de elos que não fossem rompidos pelo despejo (Simões *et al.*, 2017). A distinção da frequência de convívio entre militantes e assentados, entre as realidades das ocupações rural e urbana, tornou importante a tecelagem de redes de afeto, como ferramenta elementar da luta coletiva do MTST.

O MTST possui uma metodologia de organização das ocupações e de formação sistemática de seus membros em nível nacional (Miagusko, 2012), também observada na Ocupação Povo Sem Medo. Nesse processo, constituem elementos fundamentais a formação política dos assentados e militantes, a luta cotidiana e a organização da coordenação das ocupações. A formação pedagógica do MTST busca produzir um espaço de “acesso a informações e análises de

conjuntura, construídas e transmitidas de um modo direto e objetivo e em linguagem acessível [...] e criar espaços de debate e tomada de decisões coletivas.” (Carvalho Silva; Tomizaki, 2021, p. 1).

Metodologicamente o MTST descreve sua militância como “pé no barro”. Ou seja, é indispensável para ingresso no movimento o compartilhamento de experiências cotidianas para a formação de elos. Para tanto, ocorre a partilha de refeições nas cozinhas solidárias, voltada à quebra de barreiras formais e à possibilidade de trocas afetivas entre grupos vindos de realidades distintas. A politização de membros ingressos (assentados e militantes) é atravessada por debates de pautas políticas, que tangenciam a questão habitacional. Esse processo ocupa posição de destaque, devido à auto definição do MTST como movimento popular urbano de criação de poder popular (MTST, 2013), e à ausência de experiência política observada nos assentados das primeiras ocupações (Miagusko, 2012). A integração dos membros ocorre durante a conscientização do atravessamento de questões políticas, entendidas como indissociáveis da luta por moradia, por meio da proposição de debates em atividades de formação. Assim, a mobilização política cotidiana não é consequência vestigial, mas objetivo primário consciente por parte da coordenação do movimento.

5 | MAPEANDO A OCUPAÇÃO POVO SEM MEDO

5.1 | Procedimentos e considerações

O mapeamento da Ocupação busca apreender os processos envolvidos na criação de territorialidades dos espaços de moradia produzidos por meio da atuação do MTST e o espaço socialmente produzido resultante. A utilização desse procedimento teve como objetivo identificar as potencialidades das estratégias contra hegemônicas na produção do espaço das ocupações por este movimento social, que se realizam junto com as famílias ocupantes, ou “pé no barro”, como o MTST organiza a atuação da sua militância.

Entende-se territorialidade como o resultado de uma construção social, por meio da apropriação de condicionantes espaciais (Santos, 1982). O conceito denota o fenômeno social associado à organização espacial característica de determinado território, considerando os sentidos de identidade espacial (relacionada a um sentimento de afetividade), exclusividade (de forma latente e autoss segregatória em defesa) e de interação humana (benefícios da proximidade mútua) (Soja, 1971). Considerando a capacidade humana de alocar significados no espaço, para Santos (1982, p. 2), as possibilidades advindas da compreensão do funcionamento de uma territorialidade permitem “entender o seu funcionamento significa aprender a interferir nos seus mecanismos de atuação, para usá-la como contraponto ao poder.”

Dessa forma, compreender a territorialidade da Ocupação Povo Sem Medo possibilita pensar a subversão da lógica hegemônica que tem conduzido o planejamento urbano em Curitiba, cuja política urbana tem sido caracterizada, nas últimas seis décadas, por estratégias e práticas que têm favorecido, principalmente, a capitalização dos agentes historicamente beneficiados pelo processo de urbanização no Brasil (Nunes da Silva et. al., 2022; Maricato, 2000; Marques, 2018), os grandes proprietários de terra e as empresas de construção civil, obras públicas e serviços urbanos (Oliveira, 2000).

Para tanto, os procedimentos do trabalho foram inspirados pela cartografia subjetiva, que conforme Passos *et al.*, (2009, p. 32), “trata-se sempre de investigar um processo de produção”. A adoção desse procedimento se justifica pelo interesse em compreender os processos sócio-espaciais presentes na territorialidade da Ocupação Povo Sem Medo, apropriando-se da dinâmica entre forma e conteúdo, materialidade e processo. Para isso interessa: (i) a processualidade da construção das decisões e ações coletivas, da politização do território e da participação popular autêntica, presentes nas relações cotidianas, na produção do espaço da Ocupação e na construção da sua territorialidade; (ii) a caracterização de elementos, apropriações materiais e lógicas espaciais adotadas. A aplicação desses procedimentos foi possibilitado pela experiência de brigadista e militante do MTST de uma das autoras do artigo, entre 2021 e 2022, que permitiu vivenciar a construção da territorialidade da comunidade ocupante.

Após as visitas e atividades desenvolvidas junto com a comunidade foram elaborados relatos de campo, com informações objetivas (local, momento, participantes, descrição das atividades) e impressões da pesquisadora. Entre os eventos que permitiram a elaboração do mapeamento destacam-se as práticas do processo de ingresso da pesquisadora no movimento, o mutirão para a construção do barracão e a construção de uma horta comunitária na Ocupação. Tais eventos serviram de base para os procedimentos inspirados na prática cartográfica, justificada em sua esfera sensível: “em resumo, fomos a campo para estar junto e participar daquilo que acontece naquela comunidade; para conhecer com a cognição ampliada, isto é, aberta ao campo dos afetos” (Passos *et al.*, 2009, p. 61).

Assim, o trabalho de investigar a Ocupação Povo Sem Medo, especialmente a proposta de apropriar-se de suas materialidades e processos, estar junto na esfera do sensível, com os pés no barro, é um ato político que busca outros sentidos do real, procurando efetivar a ruptura ontológica de Mirafra e se distanciar da lógica do planejamento colonizador da esfera abstrata e da racionalização (Randolph, 2014).

5.2 | Mapeamento da Ocupação

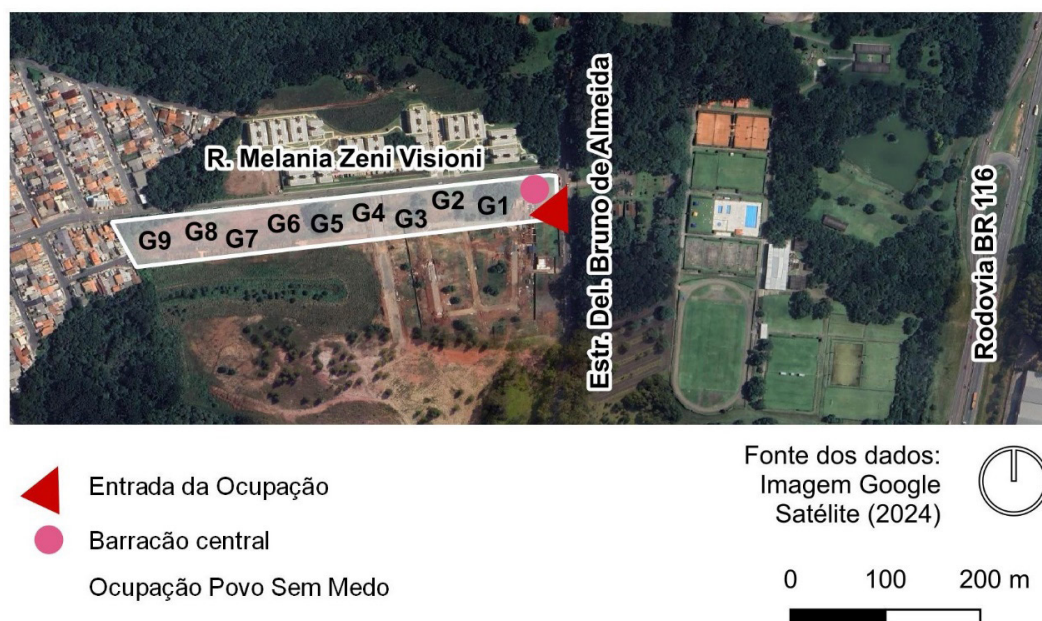
A Ocupação tinha uma superfície de cerca de 18 mil metros quadrados. Os terrenos que a cercavam, no norte e no sul, constituíam grandes lotes vazios. No limite leste situava-se a Estrada Delegado Bruno de Almeida, eixo viário estruturante que corta a Regional Tatuquara no sentido nordeste-sudoeste, paralelo à rodovia BR 116, que liga Curitiba ao município de Fazenda Rio Grande⁸. A oeste uma área de vegetação separava a Ocupação de um loteamento ocupado por casas.

Os barracos da Povo Sem Medo, situados na região limítrofe do assentamento, assim chamados pelos militantes e moradores, foram dispostos com as entradas voltadas para o centro da área.

⁸ Desmembrado do município de Mandirituba na década de 1990, sua origem tem relação com a expansão da moradia popular em escala metropolitana, cujo vetor em direção ao sul da metrópole se intensifica a partir daquele período. Nesse sentido, pode-se considerar que a ocupação urbana de Fazenda Rio Grande integra o mesmo processo responsável pela intensificação da ocupação urbana da Regional Tatuquara, conformando uma mesma espacialidade.

O espaço da Ocupação Povo Sem Medo era organizado em nove Grupos (G), identificados com números, de forma crescente a partir da entrada do assentamento, situada na Estrada Delegado Bruno de Almeida. Assim, o G1 encontrava-se mais próximo da entrada da Ocupação e o G9 mais distante. Em média cada Grupo abrigava 80 famílias, com uma densidade bruta de 25 metros quadrados por família. Novos assentados que se integravam ao movimento podiam ocupar lotes vazios, disponíveis em todos os Grupos, conforme o fluxo das famílias na Ocupação. Era comum a entrada e a saída de assentados, conforme a necessidade de cada família. Por exemplo, quando chegavam novas famílias se mudavam para fora da Ocupação. Em função de sua breve existência não existem imagens de satélite da Povo sem Medo, lançando-se mão de esquemas gráficos para representar a organização espacial descrita (figura 2).

Figura 2 – Esquema gráfico mostrando a organização espacial da Ocupação Povo sem Medo



Elaboração: adaptado pelas autoras a partir de IPPUC (2024)

Cada habitação recebia um número, correspondente ao número da família dentro de seu Grupo, comumente seguido de um nome definido por seus moradores. Assim, uma casa no G 8, de uma família com um dos seus membros chamado Fulano, recebia a identificação “G8, nº42, Fulano”.

Como parte da rede do MTST/PR, a Povo Sem Medo recebeu doações de alimentos e materiais de construção, principalmente madeiras e lonas, de outra Ocupação próxima, coordenada pelo movimento naquele momento, a Marielle Franco, situada a aproximadamente 19 minutos a pé e 1,4 km na direção norte. Além das contribuições materiais, o conhecimento logístico e de gestão também era integrado entre as Ocupações, com alguns coordenadores da Povo Sem Medo morando na Marielle Franco. Essa integração fortalecia a tessitura de relações entre assentados das duas Ocupações do MTST.

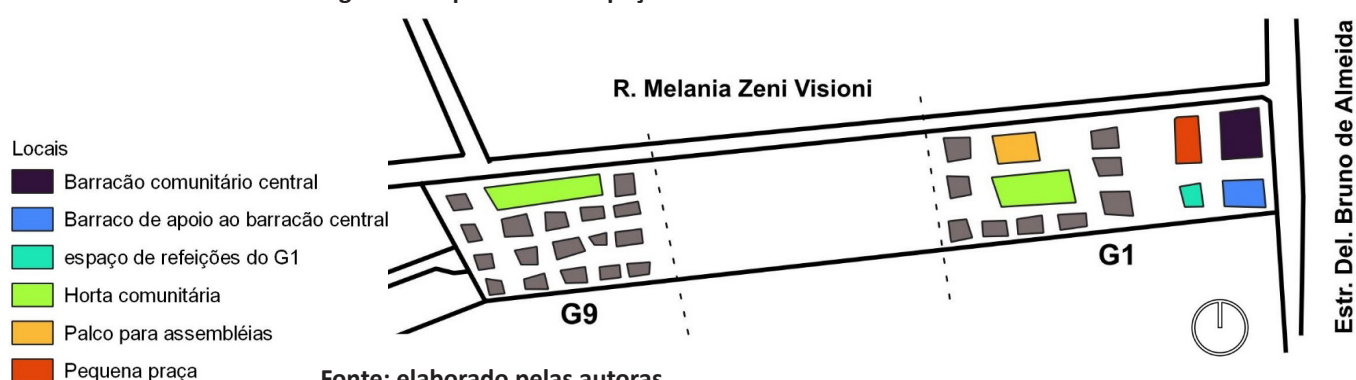
Desde sua origem, na formação de cada Grupo foram elencados cinco coordenadores. Esse número era dinâmico e sofria alterações ao longo do tempo, conforme a disponibilidade dos moradores e as demandas da Ocupação. Além dos coordenadores, cada Grupo possuía, originalmente, uma cozinha comunitária, onde ao longo do dia eram servidas refeições em horários pré-estabelecidos,

elaboradas com alimentos doados por membros do grupo ou recursos da Ocupação e do MTST. No dia 17 de dezembro de 2022, data do mutirão para construção do Barracão, três cozinhas comunitárias estavam ativas, situadas nos grupos G1, G2 e G3. Cada uma delas atendia um terço das famílias. A cozinha comunitária do G1 recebia para o almoço as famílias assentadas nos G1, G2 e G3, a do G2 as famílias dos grupos G4, G5 e G6, e a do G3 recebia as famílias dos grupos G7, G8 e G9.

A organização do assentamento primava pela valorização dos espaços comuns de convívio e de gestão da Ocupação. As casas das famílias, construídas com dimensões mínimas, compostas, de maneira geral, por um único cômodo de aproximadamente cinco metros quadrados, contrastava com os espaços de uso comum e coletivo, mais amplos e mais próximos das vias principais. Alguns caminhos internos eram demarcados com pedaços de madeira ou retalhos de materiais de construção, em um esforço contínuo da comunidade para autoconstruir infraestruturas que facilitassem a mobilidade interna, que até então se realizava sobre o solo nu do terreno. As intervenções nos espaços de circulação de pedestres entre os Gs, aliadas à construção de coberturas, expressavam a necessidade de abrigo das famílias contra as intempéries e de melhoria das condições de circulação.

A Ocupação dispunha de outros espaços de convívio coletivo, como hortas comunitárias e pequenas praças, onde se observava o plantio em pneus e outros materiais reutilizados para decoração. O planejamento da área previa que cada Grupo possuísse uma horta própria, mas nem todas estavam estabelecidas no momento de remoção. O mutirão para a construção da horta que viabilizou este mapeamento era destinado ao G9, grupo mais distante da entrada da Ocupação (figura 3). Por meio da sua implantação pretendia-se integrar o G mais distante do Barracão Central ao restante do território. Esses espaços de convivência, incluindo as cozinhas solidárias, funcionavam como equipamentos sociais âncora, que buscavam promover a construção de uma vida coletiva.

Figura 3: Esquema Da Ocupação Povo Sem Medo



Fonte: elaborado pelas autoras.

Além de habitação, as casas das famílias eram utilizadas para atividades de geração de renda, com oferta de serviços, como manicure por exemplo, normalmente identificados na fachada das construções.

Outra atividade importante eram as assembleias, realizadas nos domingos, articuladas pelos coordenadores do MTST com o objetivo de discutir questões relevantes para a Ocupação. Entre as temáticas discutidas figuravam a situação jurídica da área e as regras de convivência na comunidade, tais como o estabelecimento do horário de silêncio à noite. Essas assembleias ocorriam em um espaço livre, localizado próximo da entrada da Ocupação, que dispunha de

um pequeno palco para facilitar a visualização de quem falava. Nesses eventos a palavra era aberta aos assentados e comumente ocorriam votações para a tomada de decisões, consistindo em um espaço político de exercício da democracia direta. Também eram realizados outros três tipos de reunião: (i) as destinadas à participação exclusiva dos membros da coordenação do MTST; (ii) as gerais, com todos os militantes; e (iii) por setores, que reuniam os militantes associados a determinado setor, como o de saúde, por exemplo.

Em um estudo da territorialidade da Povo Sem Medo observa-se que os dispositivos de criação de poder popular eram construídos a partir dos espaços comuns. A centralidade desses espaços de convívio possibilitava o estabelecimento de redes coletivas, que davam suporte a diversas atividades, como o curso de fotografia, realizado no espaço das assembleias. Além da cozinha comunitária, alguns possuíam outros espaços de convívio construídos pelas famílias membro. Atividades como refeições em grupos e distribuição de doações utilizavam-se desses espaços. A Figura 4 ilustra um desses espaços de convívio no G1.

Figura 4: Espaços de Convívio Conforme Caderno de Relatos - Espaço Comum Do G1



Fonte: elaborado pelas autoras.

6 | CARACTERÍSTICAS DO PLANEJAMENTO CONTRA HEGEMÔNICO DA OCUPAÇÃO POVO SEM MEDO

Souza (2006) afirma que o planejamento e a gestão urbanas atingem a legitimidade somente por meio da construção coletiva. Em um contexto de democracia representativa capitalista, o autor aponta o caminho por meio da auto-instituição e autogestão. Segundo o autor, a prática da participação popular é a chave para o rompimento com a tutela do Estado e a formação cidadã de direitos. Na materialização do espaço, a descentralização territorial e setorial de poder como oposição à cidade hegemônica segregada e monitorada - da “cidade prisão” para a cidade como escola de resistência. Procurando os caminhos da descentralização guiada pela coletividade, Souza (2006) sugere olhar para os movimentos sociais.

A partir das práticas do MTST e do mapeamento da Ocupação Povo Sem Medo são aplicadas as categorias adotadas por Souza (2004) para caracterizar as tipologias de planejamento urbano, com o objetivo de iluminar os elementos contra-hegemônicos da experiência analisada. São oito as categorias elencadas pelo autor, mensuráveis de modo nominal ou ordinal: i) ideia-força central; ii) filiação estética; iii) escopo; iv) grau de abertura para com a participação popular; v) atitude em face do mercado; vi) grau de interdisciplinaridade; vii) permeabilidade em face da realidade; viii) referencial político-filosófico.

A ideia-força central é o “objeto mais essencial perseguido” (Souza, 2004, p. 200). Nesse aspecto, o movimento define sua luta como o enfrentamento dos interesses do capital e do Estado, que representa tais interesses (MTST, 2013), revelando seu caráter contra hegemônico. Segundo o MTST, a resolução para tal desafio está na construção do poder popular, que significa “estimular e valorizar iniciativas autônomas, construir formas de decisão e organização coletiva, lutar por nossas reivindicações e direitos” (MTST, 2013, p. 3).

A ideia-força tem relação com as categorias do grau de abertura para a participação popular e da atitude em face ao mercado. A primeira é classificada por Souza (2004) em oito estágios, dentre os quais somente os três mais avançados são considerados como participação autêntica - sendo essa um direito inalienável e a alma de qualquer abordagem que tenha pretensões à democracia. Compõem esses estágios, em ordem crescente de participação: (i) coerção, (ii) manipulação (iii) informação, (iv) consulta, (v) cooptação, (vi) parceria, (vii) delegação de poder, (viii) autogestão. A delegação de poder, o segundo mais alto grau de participação, é delimitado pelo autor como a abdicação por parte do Estado de atribuições que a ele eram exclusivas. O mais alto grau de participação popular é a autogestão, definida como a implementação de “políticas e intervenções de modo autogestionário, sem a presença de uma instância de poder pairando acima da sociedade (Estado), a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido” (Souza, 2004, p. 205). Apesar da inexistência do macrocontexto que permitiria a autogestão na sociedade capitalista de democracia representativa, o autor destaca a possibilidade de experiências de autogestão nas bordas do sistema hegemônico.

O MTST busca praticar metodologias para a “realização efetiva do princípio que somente os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores” (MTST, 2013, p. 3). Assim, o modelo adotado pelo movimento apresenta características de autogestão, por meio das ocupações; e da pressão política sobre o Estado para que a delegação de poder ocorra. Segundo Brasil (2004) - que caracteriza as políticas habitacionais enquanto promoção de habitação e superação das necessidades básicas que impedem o desenvolvimento para progresso cultural e social -, as ocupações urbanas buscam suprir de forma sistemática e coletiva (parte da) lacuna do déficit habitacional advinda da insuficiência das políticas habitacionais executadas pelo Estado. Tal competência, atribuída de modo formal exclusivamente ao Estado, é tomada pelo movimento popular como uma demonstração de participação popular autêntica.

A autogestão se expressa nos processos coletivos de decisão - por meio de assembleias e deliberações -, e da ação conjunta, com a atribuição aos militantes do comprometimento com a sua execução, por meio do princípio de que “só decide quem atua” (MTST, 2013, p.7). Conforme Souza (2004), a participação popular

por meio da autogestão só ocorre marginalmente na sociedade em que vivemos. Assim, é explícita a condição marginal do MTST dentro da hegemonia capitalista e seu papel de questionamento desse sistema. Mineiro e Rodrigues (2012) destacam que na esfera do planejamento urbano a autogestão não se reduz à construção das moradias e à urbanização, mas na produção da vida comunitária e na luta pela qualidade de vida dos grupos organizados. Esses preceitos materializam-se em ações, como as Cozinhas Solidárias, que sustentam a reprodução da vida cotidiana coletiva nas ocupações. Moreira (2015), no seu estudo sobre mulheres sem-teto e a geografia da família, destaca como as malhas familiares extrapolam a dimensão doméstica e a gestão familiar depende dessas malhas e de suas relações afetivo-espaciais.

Sendo a ocupação de terras a principal ferramenta de ação dos movimentos populares de luta pelo direito à moradia, a relação com o mercado imobiliário é sempre de enfrentamento. Nascimento (2016) destaca a incompatibilidade entre mercado e ocupações por moradia, em função de que elas “trazem em si o dissenso já que retiram do mercado imobiliário um espaço que seria mais um ativo financeiro” (Nascimento, 2016, p. 147).

A filiação estética, outra categoria utilizada por Souza (2004), que em primeira mão poderia ser considerada mais relevante para as tipologias de planejamento especialmente interessadas nas formas arquitetônicas e do traçado urbano, torna-se importante para práticas contra hegemônicas quando se observa a escala do espaço vivido. A organização, os tipos e as funções dos diferentes espaços, cumpriram papéis importantes para a comunidade e para cada núcleo familiar, na promoção da vida coletiva; na tessitura de redes; nas formas de apropriação; na proteção, controle e integração interna e externa ao assentamento. Os espaços de uso coletivo, para viabilizar reuniões voltadas à formação política e cidadã, decisões comunitárias e segurança alimentar. Em relação à unidade familiar, destaca-se a casa como identidade familiar, abrigo e demais dimensões subjetivas do habitar. Além disso, a estética periférica é legitimada pelo movimento social como objeto de interesse (Mello, 2023), e a estratégia de valorização de uma estética favelada se contrapõe à erradicação de favelas para o embelezamento da cidade, cumprindo um papel político de reconhecimento e inclusão simbólica das periferias populares e seus habitantes.

Em relação ao escopo, Souza (2004) classifica as tipologias como estritamente físico-territorial ou social-abrangente. Nesse aspecto, a organização das ocupações privilegia a criação de núcleos ativos (MTST, 2013) como ferramenta de criação de referências para a comunidade, para além da ocupação. Isso ocorre devido à inevitabilidade do despejo que caracteriza a dinâmica das ocupações urbanas, e a subsequente necessidade de criação de laços referenciais com o movimento. Ampliando-se para comunidades próximas, a interação com a vizinhança também é justificada por ser o local originário da maioria dos assentados. Além disso, as diferentes pautas discutidas durante a formação política caracterizam o MTST como social-abrangente, com destaque para os temas da segurança alimentar, do emprego, da reforma urbana e do direito à diversidade.

O grau de interdisciplinaridade é definido por Souza (2004) conforme o nível de incorporação de outras disciplinas do conhecimento, variando de pequeno (exclusiva a profissionais arquitetos urbanistas) a grande (baseada na transdisciplinaridade⁹).

9 Conceito que indica a qualidade daquilo que está, simultaneamente, entre as disciplinas, através de diferentes disciplinas e além das disciplinas, diante de vários níveis da Realidade. (Nicolescu, 1999).

Na luta territorial do MTST a organização em Setores, que englobam diferentes profissionais e disciplinas, caracteriza um alto grau de transdisciplinaridade. Dentro dos Setores existe a abertura para a atuação de diferentes profissionais, para variadas iniciativas, como, por exemplo, no setor de saúde a participação de enfermeiros, dentistas e psicólogos.

A permeabilidade em face da realidade é “o grau em que o normativo deriva de uma análise profunda e sistemática prévia da realidade empírica” (Souza, 2004, p. 201). O autor opta por usar conceitos como apriorismo e reconstrutivismo de forma pragmática e não weberiana como tipos ideais. Considerando o desenvolvimento da metodologia do MTST, partindo da herança da territorialidade rural do MST, percebe-se a relação dialógica entre teoria e prática, que caracteriza grande permeabilidade da fundamentação teórica em face da realidade. Já no que diz respeito ao referencial político-filosófico (Souza, 2004), o MTST pautou seu princípio de organização a valores socialistas¹⁰.

Dentre as dimensões de planejamento observadas na territorialidade da Ocupação Povo Sem Medo e percebidas pelo processo de mapeamento, destacam-se: (i) a valorização da esfera do cotidiano na estruturação da vida; (ii) o uso dos espaços coletivos para convívio e como instrumento de ativação da participação; (iii) uma relação de contestação com o mercado; (iv) a função social da terra como direito de maior força, em detrimento do direito da propriedade; (v) a conexão com a vizinhança, para cumprir um papel de espaço ativo em relação à cidade imediata; (vi) a noção estruturante de coletividade, presente na forma de posse e na construção da luta; (vii) a presença de mecanismos de continuidade de participação política democrática; (viii) a tradução do preceito de coletividade no desenho urbano, que valoriza os espaços comunitários de reprodução da vida cotidiana.

Destaca-se ainda que o planejamento ocorre a partir das relações diretas, no nível lefebvriano do habitar, quando se estabelecem os laços de confiança na proposição da posse coletiva da terra. O movimento social e a ocupação se articulam para contornar os desafios advindos da precariedade de recursos, por meio de estratégias colaborativas, coletivas e cotidianas. Os espaços coletivos, que centralizam a reprodução da vida e sustentam a realidade compartilhada, como as Cozinhas Solidárias, são exemplo de medida insurgente que inverte a lógica de planejamento, estruturando o espaço em unidades territoriais administrativas (os Gs) a partir da prática cotidiana coletiva e estabelecem poder instituído a partir de uma sociedade instituinte, conforme conceitos de Castoriadis (2006). Esses espaços, comumente, colocam em protagonismo sujeitos que o planejamento hegemônico em geral não incorpora na produção da cidade, como as mães trabalhadoras. Eles exemplificam uma descentralização orientada para a coletividade, como apontado por Souza (2006), como o caminho para as cidades como escolas de resistência.

A importância da coletividade na luta do movimento permite a criação de estratégias coletivas e elucida a relevância da formação de elos na dinâmica *outsider* dos sem-teto. As redes de solidariedade construídas no movimento “são fruto da confiança que cresce no cotidiano de pessoas que se encontram e têm projetos conjuntos para o futuro” (Paulics, 2001). Para combater as relações de clientelismo, observadas em planos de habitação promovidos sem participação popular

¹⁰ Socialismo é uma filosofia política e movimento que inclui diversos sistemas econômicos e sociais, caracterizados pela propriedade social dos meios de produção e a subordinação da propriedade individual à propriedade coletiva. (Radbruch, 1997).

autêntica, os elos solidários devem ser construídos e priorizados no planejamento urbano, atravessado pela dimensão cotidiana. A tecelagem dos laços de afeto e de conhecimento, que cultivam a horizontalidade e a possibilidade de decisões democráticas, acontece na dimensão do cotidiano, como no compartilhamento das refeições, por exemplo.

Os mecanismos de democracia adotados na Ocupação permitem a concepção de um planejamento contínuo, sem a pretensão de produzir espaço - cidade - como produto acabado. As discussões e debates semanais, acerca do ambiente construído e das regras de convivência, são dispositivos integrados no espaço vivido e fazem parte da cultura territorial. A importância de atividades coletivas de formação, que se estende dos moradores aos profissionais militantes, participa da efetivação política/democrática. A apropriação política desses espaços opõe-se ao planejamento tecnocrático e realiza o discurso democrático e inclusivo historicamente esvaziado, contrapondo-se ao modelo hegemônico (quadro 1).

Quadro 1: Comparativo do planejamento hegemônico e do contra hegemônico representado pelo

MTST

	Planejamento e políticas habitacionais usuais	Ocupações organizadas pelo MTST
Vida Cotidiana	Ausência da esfera cotidiana nas decisões	Presença expressiva da esfera cotidiana nas decisões
Espaços de uso coletivo	Espaços de uso coletivo de uso restrito regulamentado e/ou controlados pelo tráfico (NASCIMENTO, 2016)	Espaços coletivos instrumentalizados para a criação de comunidade e politização
Desenho urbano	Homogeneização sem identidade; cidade segregada e monitorada	Favorecimento das melhores localidades para os equipamentos coletivos e centralização desses no uso do solo, que criam identidades – descentralização em setores e grupos direcionada à coletividade
Relação com o mercado	Ações condizentes aos interesses do mercado imobiliário	Contra os interesses do mercado (retirada de terras do mercado imobiliário)
Escala de força de direitos	Direito da propriedade > Função social da terra	Função social da terra > Direito da propriedade
Relação com a vizinhança	Desconexão com a vizinhança	Conexão com a vizinhança (maior número dos assentados vêm das proximidades)
Noção estruturante	Individual - na forma de propriedade e na interação com outros agentes	Coletiva - na construção de narrativas, memórias e luta comuns; criação e fortalecimento de elos, por meio de atividades e espaços coletivos
Atuação temporal	Ação pontual e não permanente	Mecanismos de continuidade de politização e participação popular

Fonte: elaborado pelas autoras.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, são nítidos os desafios da criação de políticas que de fato atuem em favor das classes mais empobrecidas, considerando a dificuldade de captação e os poucos recursos, a necessidade de malabarismos criativos para resolução das burocracias feitas para políticas setoriais, o domínio do mercado imobiliário na produção habitacional e da cidade, a hegemonia da propriedade privada, a falta de reconhecimento das ocupações populares como espaços legítimos de moradia, dentre outros fatores próprios da atual fase do capitalismo e da história política do país. A concentração-dispersão que caracteriza a produção das cidades

Latino Americanas produzem territórios populares periféricos, que sofrem com a espoliação urbana e com a insolúvel presença de grupos sociais empobrecidos e insolventes, que não conseguem acessar à cidade urbanizada por meio do mercado formal.

Apesar disso, considerando a capacidade do espaço social e popularmente produzido de reproduzir formas de vida, percebe-se necessária a reconfiguração das formas de produção das cidades que perpetuam a exploração, que reverbera em diversas instâncias - acesso à habitação, aos serviços e equipamentos urbanos, a oportunidades etc. -, e impede a promoção da qualidade de vida e da justiça social. Nesse contexto, o sul de Curitiba, vetor da expansão popular da “cidade modelo”, é também palco histórico da luta dos movimentos sociais, que disputam a periferia com os agentes que dominam a produção da cidade capitalista. A Ocupação Povo Sem Medo, coordenada pelo MTST, por este trabalho estudada e mapeada, se apresenta assim como semente para fomentar reflexões acerca das formas de produção e apropriação do espaço nos territórios populares, e de práticas que promovam o enfrentamento das desigualdades, apontando para o potencial contra hegemônico do planejamento urbano promovido pelos movimentos sociais.

Esse potencial é percebido no caráter imaginativo, transformativo e desestabilizador de dominações e posicionamentos contra o sistema capitalista hegemônico, que se opõem a planejamentos urbanos comprometidos com tal sistema. A autonomia para imaginar outras cidades e novas lógicas de reprodução social nas periferias é efetivada nas ocupações dos movimentos sociais, que entendem e defendem o direito coletivo e popular de produzir e apropriar-se desses espaços para reafirmação da vida, contrapondo-se ao direito vazio de propriedade, que exclui, segrega e oferece para poucos os benefícios da urbanização. A lógica de coletividade cotidiana foi o princípio norteador das estratégias de enfrentamento contra-hegemônico, caracterizando o planejamento urbano proposto pelo MTST e praticado na ocupação.

Considerando a crise de identidade e legitimidade vivida pelo planejamento urbano hegemônico, que atende aos interesses do mercado privado, ao invés da coletividade (Miraftab, 2016), é relevante a criação de um novo léxico criativo, que valorize as práticas populares e contra-hegemônicas (Nascimento, 2019). O presente trabalho refletiu acerca do potencial do planejamento urbano contra hegemônico dos movimentos sociais, por meio da reflexão acerca dos espaços de ação inventados nas ocupações urbanas por moradia, a partir da Povo Sem Medo.

A experiência estudada é exemplo de prática contra hegemônica, que atua, no nível do cotidiano, na subversão da lógica capitalista que marca o planejamento urbano praticado pelo Estado em Curitiba. Assim, defende-se que espaços produzidos por práticas de planejamento insurgente e disruptivos (Miraftab, 2016) podem contribuir para a transformação do paradigma que domina a formulação e execução das políticas urbana e habitacional no município (Nunes da Silva *et al.*, 2021), pois, na medida que criam outras realidades possíveis, abrem possibilidades concretas para que o direito à cidade se efetive, incluindo a população historicamente dele alijada. ■

Recebido em: 24-06-2024

Aceito em: 23-09-2025

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. F. *A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”*. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CALSAVARA, F. Dinheiro francês vai ajudar Curitiba a levantar um novo bairro em área de invasão. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/dinheiro-frances-vai-ajudar-curitiba-a-levantar-um-novo-bairro-em-area-de-invasao/>. Acesso em: 21 out. 2023.
- CARLOS, A. F. A. Metageografia: ato de conhecer a partir da Geografia. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 9-23.
- CARRANO, P.; BIANCHINI, L. PM cerca ocupação Povo Sem Medo para forçar despejo, em Curitiba. *Brasil de Fato*, Curitiba, 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2023/01/10/pm-cerca-ocupacao-povo-sem-medo-para-forcar-despejo-em-curitiba>. Acesso em: 19 set. 2023.
- CARVALHO-SILVA, H. H.; TOMIZAKI, K. Os aprendizados da luta política: trajetórias militantes das mulheres no MTST. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 27, 2021.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto – Vol. III: o mundo fragmentado*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- COBOS, E. P. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación em América Latina. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 6, p. 37-60, 2014.
- CORREIA, A. D. A. *Intervenção em favelas no município de Curitiba: ações e omissões do estado e a criminalização da população de baixa renda*. 2023. 184 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- CURITIBA. *O que são Regionais?* Prefeitura Municipal de Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/o-que-sao-regionais/80>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- ESCOBAR, A. *Un Otro Posible Es Posible: caminando hacia las transiciones desde Abya Yala/Afro/Latino-América*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2018.
- FERREIRA, A.; GALVÃO, W. Terroristas bolsonaristas invadem Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF, em Brasília. *G1*, Brasília, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/bolsonaristas-radicais-entram-em-confronto-com-a-policia-na-esplanada-e-sobem-rampa-do-congresso-nacional-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL (FAS). *Apresentação Fundação de Ação Social - FAS*. Disponível em: <https://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=44>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- FURLAN, D. L. S. *Os programas de lotes urbanizados para autoconstrução no Município de Curitiba: produção da cidade e da moradia pela COHAB-CT*. 2020. 171 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- GARCIA, F. E. S. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- GOHN, M. G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, p. 439-455, 2008.
- GRANDI, M. S.; ALMEIDA, R. G.; MOREIRA, M. F. Enxadristas sem-teto: uma introdução às estratégias

espaciais do movimento dos sem-teto no xadrez urbano brasileiro. *Working Paper Series Contested Cities*, v. 4, p. 1, 2016.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)*. Brasília: Ipea, 2020.

KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAGO, L. C. (Org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2012.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, E. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

MARICATO, E. A terra é um nó, na sociedade brasileira, também nas cidades. *Correio da Cidadania*, São Paulo, 14 out. 2000.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. *Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, v. 8, p. 9-16, 2015.

MARQUES, E. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 15-33, 2018.

MELLO, D. Urbanização de favelas é prioridade de secretário de Periferias. *Agência Brasil*, 6 fev. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/urbanizacao-de-favelas-e-prioridade-de-secretario-de-periferias>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MIAGUSKO, E. *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. São Paulo: Alameda Editorial; FAPESP, 2012.

MINEIRO, E.; RODRIGUES, E. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, L. C. (Org.). *Autogestão habitacional no Brasil*. São Paulo: Letra Capital, 2012.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016.

MIRAFETAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.

MOREIRA, M. F. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 38, p. 85, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). *Cartilha de princípios e linhas organizativas*. São Paulo: Issuu, 2013. Disponível em: http://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha/10?e=9413747/4976282. Acesso em: 5 fev. 2023.

NASCIMENTO, D. M. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 145-164, 2016.

NASCIMENTO, D. M. Moradia: é possível pensar em alternativas? *Revista e-metropolis*, v. 10, n. 37, p. 6-12, 2019.

NUNES DA SILVA, M. *A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

- NUNES DA SILVA, M., LEMES DA SILVA, M. B.; VASCO, K. M. C. M.; FURLAN, D. L. S.; TEIXEIRA, A. G.; CORREIA, A. D. A. Intervenção em favelas na década de 1980 em Curitiba e a emergência de outro paradigma em estágio embrionário. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 13, p. 1-14, 2021.
- NUNES DA SILVA, M.; CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. (Org.). *Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.1
- OLIVEIRA, D. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Editora UFPR, 2000.2
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PAULICS, V. *Desenvolvimento local e redes de solidariedade*. São Paulo: Instituto Pólis, 2001. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/09/819.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- PÍREZ, P. Distribución, insolvencia y urbanización popular en América Latina. *Revista de Geografía Espacios*, v. 8, n. 15, p. 67, 2018.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A territorialidade seringueira. *Geographia*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 67-88, 1999.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 261-277.
- RADBRUCH, G. *Filosofia do direito*. Coimbra: Arménio Amado, 1997.
- RANDOLPH, R. Subversão e planejamento como “práxis” – uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (Org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 40-57.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SANTOS, C. A. C. Território e territorialidade. *Revista Zona de Impacto*, v. 13, p. 1-8, 1982.
- SIMÕES, G.; CAMPOS, M.; RAFAEL, R. *MTST: 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- SOJA, E. *The political organization of space*. Washington, D.C.: AAG, 1971.
- SOUZA, M. L. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- TONELLA, C. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba: quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal? *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 239-258, 2010.
- VASCO, K. M. C. M. *O Programa Minha Casa Minha Vida como ferramenta para intervenção nas favelas de Curitiba: o caso da Vila Santos Andrade*. 2018. 211 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- VOLOCHKO, D. Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências. *GeoTextos*, v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/14031>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- ZARPELON, C. Garagens, quartos emprestados, vans e outras ocupações: para onde foram as famílias despejadas. *Plural Curitiba*, Curitiba, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/garagens-quartos-emprestados-vans-e-outras-ocupacoes-para-onde-foram-as-familias-despejadas/>. Acesso em: 29 jan. 2023.